

| 111 | LEITURAS DE HENRI LEFEBVRE PARA OS ESTUDOS INICIAIS SOBRE O CONFLITO AMBIENTAL NA SERRA DO GANDARELA: O ESPAÇO DA RESISTÊNCIA?

Carolina Herrmann Coelho-de-Souza

Resumo:

O presente artigo apresenta um recorte na teoria de Lefebvre sobre o espaço, destacando o espaço *abstrato* e o espaço *diferencial*. O objetivo é realizar a leitura de Lefebvre voltada à compreensão e análise de um objeto empírico, o conflito ambiental na Serra do Gandarela – embate entre as propostas de uso do território para extração de minério de ferro versus o uso preservacionista na forma de um Parque Nacional - e apontar encaminhamentos para a continuidade da pesquisa. Verifica-se que para Lefebvre o espaço tem conteúdo, é povoado de usuários que podem resistir à imposição do espaço *abstrato* – do poder hegemônico - que dissimula uma homogeneidade consensual, atrás da qual oculta as suas contradições e conflitos. A *diferença* recusa o que está dado, é o que busca romper, transgredir e vencer o homogêneo, e com este movimento possibilitar a transformação da prática social. Observa-se que a transição para outros modos de produção do espaço também está apoiada na utopia, necessária ao pensamento que explora uma possibilidade. A partir das leituras de Lefebvre verifica-se a possibilidade de desenvolver uma relação entre o espaço abstrato e o espaço *instrumental* na Serra do Gandarela, com ênfase nos instrumentos vigentes sobre o território; e entre o espaço diferencial e o que denominamos de “*espaço da resistência*”, no entendimento de que na perspectiva ambiental o contraponto ao espaço abstrato se mostra hoje nos movimentos de resistência ao redor do mundo.

Palavras-chave: Lefebvre; espaço; Gandarela; resistência.

1. Introdução

O presente trabalho é fruto dos estudos iniciais realizados em 2012 de uma pesquisa que visa analisar o conflito ambiental na Serra do Gandarela a partir das leituras do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre. Os textos de Lefebvre aqui abrangidos são capítulos dos livros “Espaço e Política” (Lefebvre, 2008) e “A Produção do Espaço” (Lefebvre, 1991).

A Serra do Gandarela localiza-se na Serra do Espinhaço, mais precisamente no Quadrilátero Ferrífero, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e abriga a área mais significativa ainda intacta de campos ferruginosos na região central do estado de Minas Gerais. O embate se apresenta com propostas de modos opostos e incompatíveis de uso do território, e o interessante de se ressaltar é que ambas as intenções

vislumbradas para a área têm condições de se concretizar legitimadas pela legislação vigente. A luta se dá pelo poder de definir qual uso vai vigorar.

A disputa em questão tem como principais agentes sociais em dissenso a mineradora Vale S/A, com o interesse na implantação da Mina Apolo para exploração do minério de ferro de altíssimo teor e de grande valor econômico, e do outro lado o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG), que conseguiu junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a realização da proposta de criação do Parque Nacional de Proteção Integral, com seus limites precisos.

De acordo com o documento do ICMBio (MMA, 2010, p.3) o local possui “uma quantidade expressiva e em bom estado de conservação do geossistema Canga/Itabirito, uma das formações mais ameaçadas do Brasil por sua inevitável coincidência com áreas de interesse mineral.” Nos estudos do ICMBio são relacionados diferentes aspectos bióticos e abióticos que justificam a importância da área, tais como a elevada diversidade biológica, área de recarga de aquífero, grande número de raras cavidades (cavernas) em canga, atributos paleontológicos e históricos notáveis (MMA, 2010). Do outro lado da discussão, a Mineradora Vale S/A tem o projeto da mina Apolo, sua pretensão é de entrar em operação em 2014 e produzir inicialmente 24 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, com perspectivas de expansão para 37,5 milhões de toneladas ao ano (RIO ACIMA, 2011).

A criação do Parque já é consenso entre governo, mineradoras e sociedade civil, porém o embate está na sua delimitação, na definição de qual parcela poderá ser concedida às mineradoras ou não. Na ata do Grupo de Trabalho 01 (GT01) - reunião entre o ICMBio e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais (SEMAD/MG) - que buscou discutir propostas para a Serra do Gandarela, está escrito que se trata de uma decisão política, e não técnica. São as disputas de poder marcadas no território.

(...) qualquer eventual concessão às atividades de mineração que resulte na redução das áreas de canga protegidas pelo futuro Parque Nacional *não seria uma decisão de base técnica, mas sim de cunho político*, numa ótica de se abrir mão de parte da proposta para viabilizar politicamente a sua efetivação. Mas uma decisão desse tipo corre o risco de acabar por proteger uma porção insuficiente dos ecossistemas de campos sobre cangas e também de deixar de proteger de forma suficiente as áreas de recarga dos aquíferos representadas pelas cristas das serras onde se localizam as cangas (...) (Ata GT01 de 31 de agosto de 2011, p.4, grifo nosso).

A seguir, a delimitação da proposta original do ICMBio de setembro de 2010 para o Parque Nacional da Serra do Gandarela, abrangendo os municípios de Rio Acima, Itabirito, Ouro Preto, Santa Bárbara, Barão dos Cocais, Caeté, Raposos e Nova Lima (figura 01). E, na Figura 02 a proposta da mineradora Vale S/A apresentada em Grupo de Trabalho (GT02) em 20/12/2011 que reuniu governo estadual e federal, mineradoras e sociedade civil organizada. O círculo enfatiza a área pretendida para a mina Apolo.



Figura 01 – delimitação da proposta original do Parque Nacional da Serra do Gandarela. Fonte: MMA (2010).

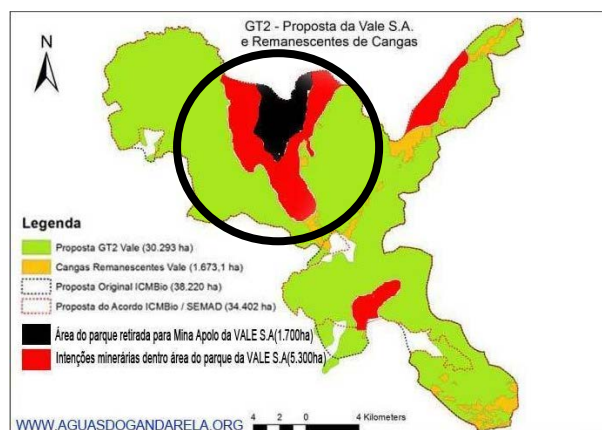


Figura 02 – pretensões minerárias da Vale na Serra do Gandarela. Fonte: MPSG (2012).

É importante destacar a diferenciação que fazemos neste trabalho entre território e espaço. Para tanto, utilizamos como referência Milton Santos, e em seguida Lefebvre para uma explicação mais detalhada do espaço. Para Santos (2008) a configuração territorial sugere o conjunto formado pelos sistemas naturais existentes e pelos acréscimos impostos pelos homens, numa realidade material. O espaço, por sua vez, reúne a materialidade e a vida que a anima, dada pelas relações sociais (SANTOS, 2008).

A partir dessa breve noção sobre o conflito ambiental na Serra do Gandarela, inicia-se a exposição sobre as leituras de Lefebvre. Parte-se de dois pontos de vista sobre o espaço na Serra do Gandarela, de um lado a visão econômica e do poder hegemônico representado pela mineração, e, de outro lado, a compreensão do espaço para fins lúdicos e de lazer pela criação do Parque Nacional, com a finalidade de preservação do espaço para a coletividade em suas condições naturais.

Assim, o texto que segue foi estruturado para expor uma introdução sobre a noção de espaço em Lefebvre, em seguida o espaço abstrato e o espaço diferencial, que contribuem ao entendimento da problemática. E, finalmente, os encaminhamentos para a continuidade da pesquisa.

2. O espaço em Lefebvre

Ao expor o espaço no nível teórico Lefebvre (2008) justifica que o conhecimento não se encontra mais separado da prática, trata-se da *metafilosofia*. Além disso, sua exposição aborda uma crítica das disciplinas parcelares, num conceito operatório que coloca em questão “por quê? para quem? no interesse de quem?” (LEFEBVRE, 2008, p.36).

Lefebvre (1991) considera que a procura por uma ciência do espaço chega somente ao que há *no espaço*, a um discurso *sobre* o espaço, que transfere para a linguagem, mas não chega a um conhecimento *do* espaço. A “ciência do espaço” tal como tem sido anunciada possui, no melhor dos casos, uma *utopia tecnológica*, uma simulação do futuro nos marcos do real, que povoa os romances de ficção científica.

Lefebvre (2008) apresenta vários métodos e abordagens, em diferentes níveis de reflexão, no que concerne ao espaço. Para o autor não se pode pressupor uma lógica preexistente, pois isso significaria atribuir uma coerência já alcançada, se há uma lógica, um sistema, é preciso descobri-lo e mostrá-lo, ao invés de partir dele, ao contrário, é preciso chegar a ele.

Para Lefebvre (2008) a questão não é “o que é o espaço?”, mas qual é a inserção do espaço “na *prática* social, econômica ou política, industrial ou urbana?” (p.39-40). Lefebvre (2008) apresenta, analisa e critica hipóteses sobre o espaço, as quais apresentamos a seguir.

Na primeira hipótese o espaço é a forma pura, *sem conteúdo*, seu conceito exclui a ideologia, é neutro, apresenta-se como coerência e modelo de coerência que se desenvolve no espaço mental. É o espaço das *matemáticas* e da filosofia. Em sua crítica Lefebvre (2008) coloca que essa hipótese liquida o tempo histórico e o tempo vivido. Trata-se da teoria daqueles arquitetos que se vêem como “senhores do espaço”, “capazes de operar, na sociedade, sua concepção e sua definição de espaço” (p.43). É um lugar vazio e puro, de números e proporções, ele é visual, espetacular, e se povoa tardiamente de coisas, de habitantes, de usuários.

(...) se nos voltarmos para o estudo do que vem a povoar essa forma, seja as necessidades das pessoas, seja suas reivindicações, se centrarmos a reflexão sobre o conteúdo e não sobre a forma “pura”, o que garante que esse conteúdo vai entrar nessa forma sem sofrer certas afrontas? O que garante que as pessoas e suas necessidades vão se deixar inserir na logística sem resistência? (LEFEBVRE, 2008, p.60).

Na perspectiva dos espaços “neutros” Lefebvre (2008) menciona que não se negava totalmente a existência do político, mas este era percebido como um obstáculo à racionalidade, uma perturbação. Os homens políticos procediam ao acaso das conjunturas, com sua visão própria, mas eram vistos como dependentes de uma ciência da estratégia, assim, eles também acabariam submetendo-se ao caráter científico, num espaço considerado objetivo e neutro.

Na segunda hipótese o espaço social é um *produto* da sociedade, constatável na descrição empírica, resultante de uma certa história, de um passado. É o espaço que resulta “do trabalho e da divisão do trabalho; a esse título, ele é o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, ‘funcional’”. Este espaço é a objetivação do social, do mental, para conhecê-lo é preciso descrevê-lo. (LEFEBVRE, 2008, p.44). Mas como passar do espaço mental, da lógica, à prática, à teoria da vida social que se desenrola no espaço? A prática teórica é distinta da prática social (LEFEBVRE, 1991).

Na terceira hipótese o espaço não é um ponto de partida (forma pura), nem de chegada (lugar dos produtos), mas um intermediário, “um modo e um instrumento, um meio e uma mediação” (LEFEBVRE, 2008, p.44). Assim sendo, é um *instrumento* político intencionalmente manipulado, mesmo que possa ser dissimulado sob a aparente coerência (regulação) espacial. É um modo nas mãos de alguém, do poder. Mas “quem possui tal representação do espaço? E por quê?” (p.45), esta representação do espaço serve a uma estratégia, é ao mesmo (e simplesmente) tempo funcional e instrumental.

A principal objeção de Lefebvre (2008) a esta terceira hipótese é que ela abrange somente a reprodução dos *meios* de produção (máquinas e força de trabalho), e permite o consumo dos produtos (a compra no mercado). Mas para Lefebvre (2008) a situação mudou:

(...) Essa re-produção das *relações* de produção não coincide mais com a reprodução dos *meios* de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lares e da cultura, através da escola e da universidade, através

das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008, p.47-48, grifo nosso).

A quarta hipótese nega a primeira e segunda hipóteses e avança sobre a terceira, pois não se trata *simplesmente* de um instrumento, “o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das *relações* (sociais) de produção” (LEFEBVRE, 2008, p.48, grifo nosso). É um espaço ao mesmo tempo abstrato-concreto, homogêneo e desarticulado.

O espaço comum às *atividades* diversas, imposto pela parcela da sociedade que tenta constituir-se em um sistema para atingir a coerência, mascara suas contradições. Existem as *contradições do espaço*, mesmo que dissimuladas. Tais contradições advêm do conteúdo prático e social, do conteúdo capitalista afirma Lefebvre (2008).

Lefebvre (1991) argumenta que no espaço social do neocapitalismo moderno três níveis se imbricam: as *relações sociais de reprodução biológica* (a família), a *reprodução da força de trabalho* (a classe operária como tal), e o da *reprodução das relações sociais de produção* (a divisão do trabalho e sua organização, as funções sociais hierarquizadas), ou seja, as relações constitutivas da sociedade capitalista. O espaço contém também as representações simbólicas, transpostas e dissimuladas, ele as mantém em estado de coexistência e coesão. Assim, o espaço possui estes entrecruzamentos múltiplos (LEFEBVRE, 1991).

A triplicidade do espaço (percebido - concebido - vivido) também é fundamental na obra de Lefebvre (1991), que o apresenta da seguinte maneira: (i) *a prática espacial* (espaço percebido); (ii) *as representações do espaço* (espaço concebido); e, (iii) *os espaços de representação* (espaço vivido). É importante ressaltar que Lefebvre (1991) percebe uma relação dialética nessa triplicidade, e considera imprescindível que sejam reunidos, de modo que o sujeito possa passar de um ao outro sem se perder.

Cada conceito do espaço é apresentado a seguir, conforme Lefebvre (1991):

- (i) A *prática espacial* - espaço percebido - engloba a produção e a reprodução, conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão (o que não quer dizer uma coerência - concebida e lógica). A sociedade engendra seu espaço, numa interação dialética, dominando-o e dele se apropriando. A prática espacial associa a realidade cotidiana (emprego do tempo) e a realidade urbana (percursos, redes, ligação de lugares).

- (ii) *As representações do espaço* – espaço concebido – relacionadas às relações de produção, à ordem imposta, ligadas aos signos, aos códigos. É o espaço dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas, é o espaço dominante numa sociedade. Suas concepções tendem para um sistema de signos verbais, elaborados intelectualmente. Trata-se da construção de um projeto se inserindo num contexto espacial, o que exige representações que não se perdem no simbólico.
- (iii) *Os espaços de representações* – espaço vivido – apresentam com ou sem códigos simbolismos complexos. Ele é o espaço vivido através das imagens e símbolos, é, portanto, o espaço dos habitantes, dos usuários. Trata-se do espaço dominado que a imaginação tenta modificar e se apropriar. Estes espaços tenderiam para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. Ele tem por origem a história de um povo e cada indivíduo seu, contém os lugares das situações vividas, portanto, implica o tempo, ele é essencialmente qualitativo, fluido, dinamizado. Este espaço suscita uma série de expressões e incursões no imaginário.

Para Lefebvre (1991) esta triplicidade do espaço intervêm diretamente na produção do espaço, segundo *suas* qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modos de produção), segundo as épocas. A *prática espacial* realiza no terreno a projeção de todos os aspectos, elementos e momentos da *prática social*, a qual reage sobre ela. Sua hipótese está no entendimento de que cada sociedade produz o seu espaço (LEFEBVRE, 1991).

Finalmente, Lefebvre (1991) considera *a produção do espaço* um conceito novo, ela opera esclarecendo processos que a *originam*, e assim, verifica-se a sua própria formação. *A produção do espaço* como conceito teórico e realidade prática ligados, uma verdade “em si e para si”, realizada e, relativa (LEFEBVRE, 1991).

2.1 A natureza no espaço

Ao tratar o espaço como político Lefebvre (2008) coloca que ele depende de duas críticas: a crítica de direita e a crítica de esquerda. A primeira é uma crítica à burocracia, que perturbam a *iniciativa* privada, já a crítica de esquerda também trata da burocracia, porém na medida em que esta não considera, ou considera mal os usuários, a prática social. Isto implica que existam conflitos e contradições no espaço.

Lefebvre (2008) utiliza-se da natureza para exemplificar as críticas de direita e de esquerda. O autor coloca que a natureza foi um símbolo poético, relegado ao segundo plano, hoje a natureza é formada, modelada, transformada, é considerada como objeto das técnicas, é dominada, controlada.

A natureza ao ser dominada se distancia, ao ser controlada é devastada, ameaçada de aniquilamento ameaça a própria espécie humana. Para Lefebvre (2008) isto traz a necessidade de uma estratégia (consciente ou inconsciente), o que torna a natureza politizada, e não basta uma reflexão simplesmente técnica, mas uma dupla crítica.

A crítica de direita lamenta sobre a beleza desaparecida das paisagens, da natureza perdida. A crítica de esquerda busca perceber as implicações e consequências da devastação da natureza. “(...) há uma espécie de autodestruição da natureza no e pelo ‘homem’, que emerge da natureza, que nasce dela e se volta contra ela para exterminá-la” (LEFEBVRE, 2008, p.66).

Lefebvre (2008) em 1970 já compreendia que os “elementos” - a água, o ar e a luz - estão ameaçados, que se está encaminhando para iminências terríveis. Estes valores de uso entraram nos valores de troca, assim a natureza é “posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente” (p.54). Ela é destruída e remanejada segundo as exigências da “sociedade neocapitalista”. Para o autor a venalidade generalizada da própria natureza faz parte da recondução das relações sociais.

Lefebvre (2008) coloca que estas são hoje as novas raridades, que outrora foram o pão, os meios de subsistência que provocaram lutas terríveis em torno de sua raridade, e hoje há superprodução nos grandes países industrializados. E agora, para promover a condição elementar da produção, as novas raridades são: a água, o ar, a luz, o espaço, em torno das quais há luta intensa.

Para Lefebvre (1991) a natureza se tornou ficção, uma utopia negativa, ela é somente a matéria-prima sobre a qual operam as forças produtivas de sociedades para produzirem seu espaço.

3. O espaço abstrato (instrumental)

Lefebvre (1991) trata o espaço abstrato como *instrumental*, manipulado por “autoridades”, seu lugar e meio. É onde se desenvolvem as estratégias, portanto, ele nada tem de neutro.

Para Lefebvre (1991) a classe dominante mantém sua hegemonia por todos os meios, pelas instituições e representações, e também o saber vinculado ao poder. Porém, o autor faz a distinção entre o “saber ao serviço do poder” e o “conhecer que não reconhece o poder”. A hegemonia não poderia deixar de lado o espaço, demonstrado pelo lado ativo, operatório, instrumental, o saber e ação no modo de produção existente. O espaço serve à hegemonia a qual exerce sobre ele o emprego do saber e das técnicas, um “sistema”, definido pelos instrumentos.

O espaço abstrato funciona “objetalmente” diz Lefebvre (1991), como um conjunto de coisas-signos com suas relações formais. É um espaço formal e quantificado que nega as diferenças da natureza, do tempo histórico, do corpo. É onde funciona o capitalismo, estilizado e dissimulado, é o espaço dominante, dos centros de riqueza e de poder.

A triplicidade do espaço abstrato é vista por Lefebvre (1991) do seguinte modo: na prática social a reprodução das relações sociais predomina, a representação do espaço é ligada ao saber como ao poder, e ao espaço de representação é reservado um espaço mínimo, reduzido às obras, às imagens, às lembranças (LEFEBVRE, 1991).

Para Lefebvre (1991) o espaço social também incorpora atos sociais, os de sujeitos, individuais e coletivos, mas o espaço social é o da sociedade. Poder-se-ia admitir que os *produtores* do espaço sempre agiram conforme uma *representação*, e os *usuários* suportam o que lhes é *imposto*, inserido ou justificado em seu *espaço de representação*. O autor coloca a questão: em *proveito de quem* a representação do espaço se torna *operacional*?

Lefebvre (1991) argumenta que no espaço abstrato a natureza é distanciada, ele veicula e mantém certas relações sociais, dissolvendo e opondo-se a outras. A transformação do espaço natural é tão radical quanto a capacidade de ameaçar a própria natureza. O espaço abstrato é o espaço das técnicas, das ciências aplicadas, do saber ligado ao poder, ele é o lugar, o meio e o instrumento de suas implicações, é definido pela alienação reificante. (LEFEBVRE, 1991).

3.1 Contradições. Conflitos. Resistência.

Os conflitos, lutas e contradições são *inerentes a compreensão do espaço* (LEFEBVRE, 1991). Existem conflitos inevitáveis entre o espaço abstrato (concebido) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido. (LEFEBVRE, 2008).

Para Lefebvre (2008) é evidente que o espaço é político! Ele sempre foi político e estratégico. “A análise crítica define *como* e de acordo com *qual estratégia* determinado espaço constatável foi produzido (...)” (LEFEBVRE, 2008, p.62, grifo nosso). Porém, conforme o autor, o conteúdo, os usuários talvez não se insiram na forma ou na estratégia programada, levando a *resistência*, que busca atuar nas fissuras do plano total.

O espaço abstrato *reduz a si os obstáculos e resistências* (LEFEBVRE, 1991). Para o autor o espaço abstrato tende para o homogêneo, mas se fragmenta, produz guetos isolados; ele esconde, sob sua aparente homogeneidade, *as relações reais e os conflitos*. O espaço abstrato implica um acordo tácito de não-agressão, implica também “consensos”, este suposto consenso se *opõe (nega) às diferenças, oculta os conflitos*, e é uma de suas *contradições*, é uma “segurança aparente” (LEFEBVRE, 1991).

Lefebvre (1991) aborda que mesmo o espaço neocapitalista não produz um espaço com pleno e inteiro conhecimento das causas, efeitos, razões e implicações. O espaço abstrato que constitui o poder provoca também sua própria dissolução pelos *conflitos (contradições)* que nele nascem. As contradições do espaço procedem também de antigas contradições, modificadas, ora agravadas, ora atenuadas, e nascem novas, que conduzem o espaço abstrato em direção ao seu fim. Nisso há a dissolução de relações sociais de produção e nascimento de novas relações. Conforme Lefebvre (1991) este novo espaço terá o nome de *espaço diferencial*.

Como o espaço abstrato *reduz as diferenças existentes*, Lefebvre (1991) argumenta que o espaço novo só pode nascer *acentuando as diferenças*. Ele reunirá o que o espaço abstrato separa: funções, elementos e momentos da prática social, e discernirá o que o espaço abstrato tende a confundir.

4. A diferença. O espaço diferencial.

Para o entendimento do conceito da *diferença* em Lefebvre as autoras Nasser e Fumagalli (1996) elaboram um texto esclarecedor baseado na obra de Lefebvre denominada “*O Manifesto Diferencialista*”, datada de 1970, a partir da qual iniciaremos a exposição.

Nasser e Fumagalli (1996) colocam que Lefebvre busca inverter o pensamento do nosso mundo às avessas - marcado pela destruição da natureza e da humanidade no humano, crise das instituições políticas, esgotamento da religião, pelo aprisionamento dos sonhos, entre outros (p.25) - e essa inversão se dá com um trajeto

que aponta para a análise das *diferenças*. As autoras colocam que o conceito da diferença para Lefebvre é uma produção do intelecto refletindo sobre a prática.

O que significa dizer que o conhecimento dessa diferença constitui-se por *diferentes vias* (filosofia, política, história, economia política, antropologia, arte), as quais também comportam ambiguidades e conflitos internos que não se resolvem por sua negação ou abolição, mas sim por sua crítica pelas *vias da diferença*. (NASSER; FUMAGALLI, 1996, p.27, grifo no original).

Ou seja, as contradições do mundo moderno não escapam de suas próprias contradições. Nesse sentido é preciso introduzir a diferença no pensamento. Nasser e Fumagalli (1996) acrescentam a proposta de Lefebvre sobre o “*direito à diferença*”, no âmbito da “*ampliação e concretização dos direitos do homem, preconizada por Marx*” (p.27). As autoras esclarecem que no pensamento de Lefebvre o diferente critica o homogêneo, é uma crítica também aos poderes redutores, a redução a uma particularidade. O reducionismo tenta anular a diferença, são poderes homogeneizantes que instauram a indiferença, a obediência, o modelo, a conformidade (p.28).

“Para Lefebvre, é necessário conhecer o que difere, pois aí reside a possibilidade de criação como transfiguração do real e não mero conhecimento dele” (NASSER; FUMAGALLI; 1996, p.29). Para as autoras trata-se de campos diferenciais, tais como do urbano, do ideológico, do político, da cultura, da natureza, entre outros; pois não reside nas diferenças individuais. Há um dilema atual entre submeter-se à força de reduções, modelos, instituições, homogeneidade, ou “recusar e contestar o que está dado, o conhecido, para descobrir e afirmar as diferenças” (op. cit., p.29).

Diante de tal dilema é que se constrói o *pensamento diferencialista*, que pretende superar a oposição filosófica entre o tudo e o nada, o mundo fechado e o mundo aberto, propondo a existência, entre eles, do “*mundo das diferenças*”, que é o *mundo extrafilosófico* (o da arte, sobretudo a tragédia e a música, o da cotidianidade e do esforço para transformar o cotidiano, o das lutas políticas), ou seja, espaço da descoberta e da criação em contraposição à paisagem conhecida e modelada. (NASSER, FUMAGALLI; 1996, p. 29, grifo no original).

No mundo extrafilosófico cria-se outra totalidade: a *centralidade*. Nasser e Fumagalli (1996) esclarecem que a centralidade se estabelece através de um movimento dialético que se desloca a outros lugares, a centralidade é móvel, isso significa que os

conceitos permanecem livres, em movimento. Estes conceitos trazem um centro momentâneo aos desejos, às preocupações, por isso, são datados histórica e politicamente, e não cronologicamente. “É como conceito livre, e ao mesmo tempo datado, que se estabelece o conceito de diferença” (NASSER, FUMAGALLI; 1996, p. 30).

É importante destacar que Nasser e Fumagalli (1996) expressam a preocupação de Lefebvre em não reduzir a diferença ao previsível, nem ao identificável, nem ao classificável, e nem às “re-presentações banalizadas”. Estas re-presentações não vão além da constatação, tal como o original, que como característica própria se distingue apenas, e a pluralidade, identificada pela existência variada, mas que não se desenvolve, não se atualiza como diferença. Em outras palavras, a banalização da diferença é retratada pela redução, resultantes em simulacros de diferença (NASSER; FUMAGALLI; 1996, p.31).

As autoras (*op. cit.*) afirmam que para Lefebvre as diferenças reais nascem e se estabelecem pela *relação*, uma relação ao que a precede, a diferença se coloca como uma *negação*, começa por um *não*, ela só vive entre as outras diferenças. No sentido de relação, a diferença não é algo que se isolou, que escapou à homogeneização, não é uma particularidade, não se reduziu a um sentido restrito, ao contrário, a diferença tem um sentido *universal*. É preciso uma relação, entrar em contato e se confrontar, “a diferença percebida, concebida, falada, escrita” (p.32), assim a diferença recebe um *conteúdo*.

Trata-se do *irredutível*, do que resiste à captura dos poderes identitários e homogeneizantes, que não se deixa reduzir ao quantitativo, que não sucumbe à opressão da equivalência, que abstrai, que oculta o não-equivalente, o desigual, o diferente (NASSER; FUMAGALLI; 1996). As autoras apresentam, baseadas em Lefebvre, como primeira cadeia de equivalência a mercadoria, e citam outras: “os signos, a linguagem, a lógica, a lei, o contrato, a moral, o trabalho abstrato, o cotidiano e, no limite supremo, a morte” (p.33).

As autoras (*op. cit.*) mencionam o Estado, que propõe *modelos* que se difundem na sociedade, “normatizando/normalizando as relações sociais (...) no cotidiano a complexidade das relações sociais é ocultada pelas complicações burocráticas. (...) A sua lógica [equivalência] é a repetição, a reprodução” (p.34). Lefebvre (1991) aborda o Estado como aquele que *reduz as diferenças às repetições*, que

achata o social e o cultural, que faz reinar uma lógica que busca neutralizar os conflitos e contradições.

O novo, a diferença nasce, pois, do movimento que contém tanto a repetição quanto a *criação*. É o movimento do possível-impossível. Ou seja, o movimento pelo qual o *possível* é a diferença que consegue romper, transgredir e vencer o homogêneo e que, ao lograr esse intento, cria, como capacidade diferencial, a possibilidade de transformação da prática social (NASSER; FUMAGALLI; 1996, p.35, grifo no original).

No movimento *possível* a diferença emerge na superfície, e há um momento de afloramento, onde *é apropriada*. É o que não foi dominado, que resistiu e aflorou como *resíduo*, e “ao ser apropriado poderá desenvolver-se e transformar-se” (NASSER; FUMAGALLI; 1996, p.35). As autoras ainda ressaltam que para Lefebvre, no mundo das diferenças, deve-se substituir a classificação do mundo segundo *modelos* e propor o caminho das *vias*, pois a *via* não impõe, ela propõe.

Por fim, Nasser e Fumagalli (1996) ressaltam que para Lefebvre é preciso não confundir desenvolvimento com crescimento, pois é preciso substituir o crescimento (econômico) pelo desenvolvimento (social), “com *utopia* mas sem ingenuidade” (p.36, grifo no original). Trata-se da oposição aos modelos de crescimento, com a proposição das “diferentes vias do desenvolvimento diferencial” (p.37).

O desenvolvimento, restituído em sua plenitude, implica um enriquecimento, uma complexificação *não-reduzida* das relações sociais. Ele é só, pode-se dizer, *qualitativo*. Supõe *criação* de formas da vida social, de ‘valores’, de ideias, de modos de viver, de estilos. Em uma palavra, de diferenças. (LEFEBVRE, 1970¹, *apud* NASSER; FUMAGALLI; 1996, p.37, grifo no original).

5. Outros modos de produção do espaço?

Lefebvre (1991) considera que as forças produtivas e as relações de produção têm um papel determinante na produção do espaço, a passagem de um modo de produção a outro se verifica por um espaço que *é apropriado*, um novo espaço se produz durante a transição. O espaço preexistente é modificado, mesmo que lentamente, e até subvertido.

¹ LEFEBVRE, Henri. *Le manifeste différentialiste*, Paris: Gallimard, 1970.

Retomando o argumento de que cada sociedade produz o seu espaço, Lefebvre (1991) coloca que aquele desejo por certa “existência social” para que se dissesse “real”, mas que não produzisse seu espaço, não sairia do ideológico (que se distingue da prática).

Ao abordar a ideologia, Lefebvre (1991) trata da necessidade de um espaço ao qual ela se refere, descreve, que se utiliza dos vocabulários e conexões, que contém os seus códigos. A ideologia precisa de lugares e nomes. A ideologia só adquire consistência intervindo no espaço social, na sua produção, afirma Lefebvre (1991).

De acordo com Lefebvre (1991) o capitalismo e o neocapitalismo produziram o espaço abstrato que contém o “mundo da mercadoria”, apoiado em redes de bancos, centros de negócios, em espaços das auto-estradas, aeroportos, na cidade como berço da acumulação. Por outro lado, Lefebvre (1991) considera o espaço o corpo frágil do capitalismo.

Assim, Lefebvre (1991) argumenta que uma revolução que não produz um espaço novo não vai até o limite de si própria, não muda a vida, fracassa, só modifica superestruturas ideológicas, instituições, aparelhos políticos. A revolução precisa da capacidade criadora de obras na vida cotidiana, na linguagem, no espaço, afirma o autor. É preciso um urbanismo e uma produção arquitetural correspondente. São necessários novos espaços para novos modos de produção. Para relações sociais novas, espaço novo, e reciprocamente. É necessário conduzir ao dia, gradualmente ou por saltos, uma *prática social diferente*.

Lefebvre (1991) enfatiza que “mudar a vida”, “mudar a sociedade”, não quer dizer nada se não há produção de um espaço apropriado. Lefebvre (1991), por exemplo, vislumbra uma perspectiva de uma estratégia que reforça empresas pequenas e médias, em cidades de mesmo porte, em que não se separe crescimento (econômico) do desenvolvimento (social), e que este seja conduzido no conjunto do território e do povo. A inevitável urbanização não se realizaria em detrimento de setores, e procederia superando a oposição “cidade-campo” ao invés de degradar um pelo outro.

Porém, enquanto persistir a cotidianidade no espaço abstrato, enquanto houver somente melhorias técnicas de varejo (melhoria nos transportes, por exemplo), enquanto os espaços (de trabalho, lazer, habitação) permanecerem separados, o projeto de uma prática espacial diferente permanecerá apenas um *slogan* político.

Para Lefebvre (1991) a produção de um novo espaço requer um projeto teórico e prático a longo prazo, supõe uma análise crítica de toda política espacial e de toda

política geral, indica uma via (e não um modelo) de uma outra vida social, outro modo de produção. Este projeto deve transpor o intervalo entre ciência e utopia, realidade e idealidade, entre o concebido e o vivido, e tende a explorar a relação dialética “possível-impossível” (LEFEBVRE, 1991).

Somado a isso, Lefebvre (1991) reforça que a hipótese se pronuncia contra a homogeneização pelo Estado, poder político, mercado mundial, pelo mundo da mercadoria, traduzida pelo e no espaço abstrato. É necessário a tomada de cargo de *diferenças*, aí incluídas as da natureza, afirma o autor. É necessário o “*direito à diferença*”, produzidas em lutas reais, teóricas e práticas, que diferem das distinções induzidas pelo espaço abstrato (LEFEBVRE, 1991).

Sobre a problemática do espaço Lefebvre (2008) coloca duas questões: se encontramos-nos num conjunto fechado, num sistema estabelecido, em que se daria um desmoronamento em bloco, ou ainda, se poderia desmoronar de fato. Em seguida o autor questiona se há uma saída, uma “possibilidade de transição, seja pela ação, seja pelo pensamento e pela imaginação, seja por ambos?” (p.41). E, conclui:

Hoje, mais que nunca, não existe pensamento sem utopia. Ou então, se nos contentarmos em constatar, em ratificar o que temos sob os olhos, não iremos longe, permaneceremos com os olhos fixados no real. (...) Não existe pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação. (...) encontramos-nos diante das fronteiras, bastante difíceis de discernir, entre o possível e o impossível (LEFEBVRE, 2008, p.73)

6. Encaminhamentos para a continuidade da pesquisa

A partir das leituras de Lefebvre apresentadas neste artigo verifica-se a contribuição que este autor fornece para a compreensão e análise das problemáticas do espaço. Para o conflito ambiental na Serra do Gandarela observa-se a potencialidade da análise através das seguintes perspectivas principais.

As pretensões minerárias para o território da Serra do Gandarela relacionam-se com uma representação do espaço abstrato, do poder hegemônico, da valoração econômica, em nome da acumulação capitalista e do poder. Sob esta ótica vislumbra-se realizar em trabalhos futuros uma análise detalhada do *instrumental* que rege o espaço abstrato da Serra do Gandarela. Com isto nos referimos aos instrumentos que vigoram sobre aquela parcela do território, desde os Planos Diretores municipais, ao Zoneamento Ecológico Econômico, Área de Preservação Ambiental (APA-Sul),

Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, etc. Ou seja, analisar como o instrumental do espaço abstrato atua sobre o território da Serra do Gandarela.

Do outro lado, compreendemos a tentativa de criar no território da Serra do Gandarela um “*espaço da resistência*”, que contem ao mesmo tempo o instrumental do espaço abstrato - pois sob a conjuntura atual somente é legitimado atuar com os instrumentos existentes e disponíveis, o que os torna imprescindíveis - e o espaço diferencial.

Compreende-se que a criação do Parque Nacional de proteção integral é uma estratégia oportuna, porém, nossa hipótese vai além deste instrumental. Ela trata que o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG) tem uma perspectiva (e utopia) que ultrapassa a proposta da criação de um Parque Nacional, mas que almeja - na relação possível-impossível - um espaço *diferencial* para romper e frear com a repetitiva acumulação capitalista que se apropria dos territórios; e possibilitar, inclusive, a produção de novos espaços, novos modos de vida.

Nossa hipótese também está no entendimento de que atualmente o espaço diferencial está representado em ações dos *movimentos de resistência* ao redor do mundo (HARVEY *et al*, 2012) refletidas no espaço, pelos seus direitos e territórios, pela justiça social e ambiental, e, portanto, trata-se de “*espaços da resistência*”, observado no território da Serra do Gandarela. É o espaço que começa com um “*não*”, com o “*direito à resistência*”, uma contraposição e enfrentamento ao espaço abstrato.

Trata-se de um recorte do espaço diferencial dentro da problemática ambiental contemporânea que tem na sua luta uma autodenominação de “*resistência*”. Neste contexto a utopia tem um papel fundamental para explorar uma nova realidade, em consonância com Lefebvre (2008), de que “*não existe pensamento sem utopia*”. A hipótese do espaço da resistência na Serra do Gandarela é o que queremos aprofundar e comprovar em estudos futuros.

Referências

HARVEY, D. *et al*. 2012. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

LEFEBVRE, H. 1991. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell.

_____, H. 2008. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. Setembro de 2010. *Proposta de Criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela*. ICMBio – MMA.

MPSG – Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela. 2012. *Pretensões Vale*. [Online] Disponível em: <http://www.aguasdogandarela.org>. [Acesso em: 28 julho 2012].

NASSER, A.C.A.; FUMAGALLI, M. 1996. A opressão da equivalência, as diferenças. In: MARTINS, J.S. (org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec.

RIO ACIMA. 2011. *Vale já prevê expansão da mina Apolo em Caeté*. [Online] Disponível em: <http://www.rioacima.com/noticias/12/20-01-2011/Vale%20j%C3%A1%20prev%C3%AA%20expans%C3%A3o%20da%20mina%20Apolo%20em%20Caet%C3%A9.html>. [Acesso em: 18 agosto 2012].

SANTOS, M. 2008. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. Ed. 4a. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.